

País depositará as garantias dia 15 de abril

Em 15 de abril, o Brasil vai trocar os títulos vencidos por novos papéis reescalando a dívida externa e terá de entregar aos credores os títulos americanos em garantia. Somente nesta data o ministro da Fazenda encaminhará ao Senado todos os detalhes da operação de compra dos papéis, com o uso das reservas cambiais. O presidente do Banco Central, Pedro Malan, afirmou que o governo optou por comprar os títulos que serão entregues aos credores como garantia no mercado secundário, e não nos leilões feitos pelo Tesouro americano para não despertar a atenção.

Ele negou que esta alternativa tenha custado mais US\$ 60 milhões às reservas (uma estimativa que circulava entre os senadores). “A afirmação não tem base. É pura especulação.” Conforme Malan, a emissão especial para o Brasil, que o Tesouro americano faria caso o país tivesse conseguido o acordo com o FMI a tempo, também envolve negociação das taxas praticadas nos três últimos leilões.

O presidente do BC afirmou que a operação não contrariava os princípios do acordo aprovado pelo Senado e acrescentou que a opção

pela compra no mercado secundário poderia trazer mais flexibilidade ao país. “Os títulos objeto de emissão especial não são comercializáveis. Não se pode fazer qualquer operação a não ser após um pedido especial ao Tesouro americano”, explicou.

Dispensa — O ministro Fernando Henrique fez uma detalhada descrição da sua passagem por Washington e Nova Iorque na semana passada, quando o país pediu a dispensa de acordo com o FMI para levar adiante as negociações com os credores. Ele anunciou à comissão o fato de os credores te-

rem aceito o pedido de dispensa de acordo prévio com o FMI para o encerramento das negociações.

Com o sinal verde dos credores, o encerramento do acordo fica assegurado e a sua fase final — a troca da dívida velha pelos novos bônus, a serem emitidos pelo Tesouro brasileiro — confirmada para 15 de abril. A falta do acordo e do empréstimo do FMI, porém, trazem pelo menos um custo adicional ao país, que teve que bancar sozinho a compra das garantias, quando, com o acordo, também teria ajuda do próprio FMI, do Banco Mundial e do BID.